

OPEN SOURCE E NORMAS ABERTAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERAM CONSENSO ENTRE PARTIDOS

Decorreu ontem no ISCTE-IUL, em Lisboa, o evento organizado pela ESO, subordinado ao tema “Open Source e Open Standards na Administração Pública - Contributo para o crescimento da economia portuguesa”, o qual contou com a presença de representantes dos principais partidos políticos portugueses, com assento parlamentar: PS (António Bob Santos), PSD (Jaime Quesado), CDS-PP (José A. Vilar Jesus), PCP (Bruno Dias) e Bloco de Esquerda (Carlos Patrão).

O evento contou ainda com a presença de Gonçalo Caseiro, Vogal do Conselho Directivo da AMA – Agência para a Modernização Administrativa, que na sua apresentação abordou os temas da interoperabilidade, normas abertas e open source na Administração Pública, qual a visão da AMA sobre estas matérias, dando exemplos do que tem vindo a ser feito nos últimos anos na Administração Pública portuguesa.

O debate centrou-se em vários temas, dos quais se destacam:

- a importância das normas abertas na Administração Pública (AP) e o impacto que o diploma recentemente aprovado no parlamento, terá nos sistemas de informação na Administração Pública portuguesa e na sua modernização nos próximos anos;
- a utilização de normas abertas como facilitador da interacção dos cidadãos e das empresas com o Estado e o seu contributo para uma participação cívica mais activa;
- a importância do open source como factor de redução de custos em software para a Administração Pública;
- a importância do open source como incentivo à criação de uma indústria de software em Portugal com condições para se internacionalizar;
- as normas abertas e a adopção de tecnologias open source como garantes da soberania nacional e da liberdade de escolha de produtos e soluções tecnológicas;
- a necessidade de aprofundar a interoperabilidade entre sistemas e serviços da AP, para a melhoria de processos e a sua modernização;

Sobre a ESOP:

A ESOP é o encontro de vontades das suas empresas fundadoras. Com o objectivo de dinamizar o mercado de soluções Open Source em Portugal, surge como plataforma promotora de oportunidades e sinergias tanto no mercado, como entre os seus associados e parceiros.

Fundada por empresas líderes de mercado e assente sobre pessoas dinâmicas, agrega um vasto conjunto de competências podendo intervir nos mais diversos cenários de prestação de serviços profissionais. Das PME às grandes organizações, das associações à Administração Pública, do servidor ao posto de trabalho a ESOP aponta para as soluções de futuro em Tecnologias de Informação.

Com princípios sólidos de competitividade, a ESOP defende e promove activamente os conceitos de Software Aberto, Interoperabilidade, Normas Abertas e Independência de Plataforma.

Contactos:

info@esop.pt
<http://www.esop.pt>

- a necessidade de intensificar o investimento em formação em TI dos recursos da AP;
- A política europeia de patentes de software e a necessidade de conjugar a protecção dos direitos de propriedade intelectual associados ao software, com a liberdade de utilização de tecnologias como mecanismo essencial à inovação e ao desenvolvimento da indústria de software.

Do debate resultou um consenso entre as forças políticas presentes quanto à importância da indústria nacional de software para o crescimento da economia e o impacto positivo das normas abertas e das tecnologias open source na reforma da Administração Pública portuguesa, bem como a necessidade de estender, na próxima legislatura, o regime das normas abertas na AP às autarquias locais.

A audiência presente no evento, com cerca de 75 pessoas, participou activamente no debate, colocando inúmeras questões aos representantes dos partidos e contribuindo decisivamente para o seu sucesso.



1. Vista geral do Auditório – ISTCE



2. Da esquerda para a direita, Bloco de Esquerda (Carlos Patrão); CDS-PP (José A. Vilar Jesus); PS (António Bob Santos), ESOP (Paulo Trezentos); PSD (Jaime Quesado) e PCP (Bruno Dias)



3. Visão lateral da mesa de debate.